



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE QUE ACOMPANHA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2018

A INSTITUIÇÃO

A CETESB é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16. As receitas são da ordem de R\$ 483 milhões/ano (Lei Orçamentária Anual - LOA 2018); cerca de 40% oriundas da subvenção de custeio do Estado e 60% de recursos próprios, compostos por: receitas com o sistema de licenciamento ambiental, arrecadação de multas, taxa de fiscalização e prestação de serviços. A Companhia atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. Para o exercício de 2018, a CETESB pautou-se pela orientação do Governo do Estado, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Lei nº 16.511/2017, e legislação pertinente exigida pelos órgãos fiscalizadores, buscando a redução do grau de dependência financeira do Governo do Estado.

Para atender às atribuições legais, a CETESB conta com um quadro, aprovado pelo Governador, de 2.463 posições, sendo que, deste total, 1.928 estão ocupadas na seguinte composição: 872 mulheres, 1.056 homens, dos quais, em ambos os gêneros, 180 são pessoas com deficiência. São 1.224 profissionais de nível universitário, 649 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 55 profissionais de nível operacional. Está organizada em cinco Diretorias da seguinte forma: Presidência (P), Diretoria de Gestão Corporativa (A), Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental (C), Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (I) e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental (E).

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades, a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, conta com 46 Agências Ambientais distribuídas em todo o Estado. A Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental, dispõe de sete laboratórios analíticos situados em Sorocaba, Cubatão, Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Limeira e Marília, além de, um laboratório de emissão veicular, em São Bernardo do Campo, e 12 laboratórios - nove analíticos, um de emissão veicular, um de amostragem e análise do ar, e um de calibração de equipamentos de amostragem de chaminé - na sede da Companhia.

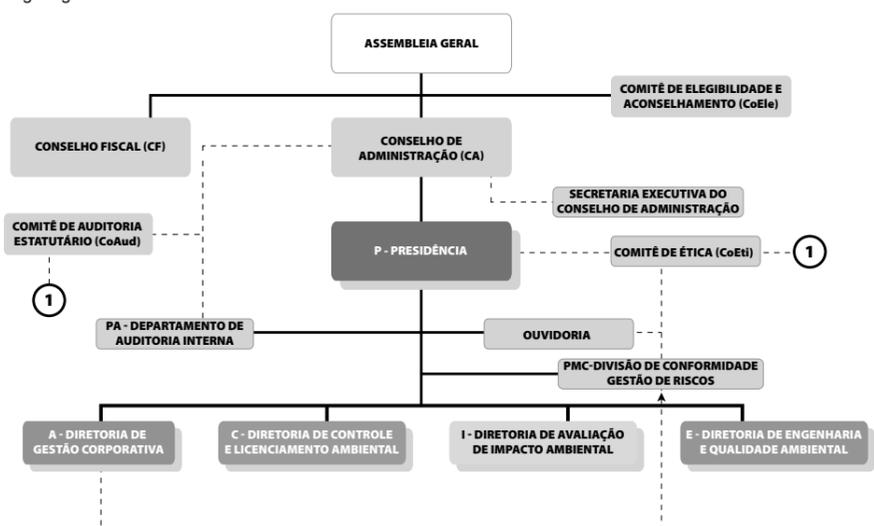
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atendimento à Lei nº 13.303 ("Lei das Estatais"), de 30 de junho de 2016, e ao Decreto Estadual nº 62.349, de dezembro de 2016, e a seu Estatuto Social, a CETESB implementou ações para cumprir integralmente os requisitos para a adoção das melhores práticas de governança corporativa, além de observar as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. As ações pertinentes à Sustentabilidade compõem o Relatório da Administração, com as atividades relacionadas ao tema já consolidadas na Companhia.

A Governança Corporativa foi implantada com foco na transparência, prestação de contas e acesso às informações para todos os interessados e envolvidos, tanto representante do acionista majoritário, órgãos de controle, empreendedores, empregados, fornecedores/prestadores de serviços, quanto clientes e população em geral. A CETESB fundamenta suas relações na conduta ética e no compromisso de seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa.

Estrutura

A estrutura de governança corporativa da CETESB é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal, Secretaria Executiva do Conselho de Administração, Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, Comitê de Ética, Auditoria Interna, Ouvidoria, Diretoria Executiva e Divisão de Conformidade Gestão de Riscos, além da Auditoria Independente, conforme organograma:



Principais Melhorias de Governança Corporativa

Com o objetivo de aprimorar os processos internos e atender as exigências legais, notadamente a Lei 13.303/2016, e o Decreto 8.945/16, a CETESB, por meio de seu Conselho de Administração, aprovou medidas adotadas desde então, especificamente à adequação do Estatuto Social da Companhia e à implantação de instrumentos de Governança, como: Regimento Interno do Conselho de Administração; Comitê de Auditoria Estatutário - CoAud e seu Regimento Interno; Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno; Vinculação do Departamento de Auditoria Interna da Presidência ao Conselho de Administração, sob a supervisão do CoAud, e revisão de seu Regulamento Interno; Código de Conduta e Integridade; Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; Regimento Interno do Comitê de Auditoria; Revisão do Regulamento de Licitações e Contratos; Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados; Política de divulgação de informações e de porta-vozes; Comitê de Ética; Canal de Denúncias; Processo de eleição do representante dos empregados que deve compor o Colegiado; Regulamento de Auditoria Interna; Plano de Negócios 2019 e Análise de Riscos e Oportunidades, para o período 2019 a 2023; Proposta de Programa de Integridade e de Parâmetros de Estruturação do Canal de Denúncias e do Comitê de Ética da CETESB; Disponibilização das atas das reuniões do Conselho de Administração ao Conselho Fiscal, conforme determinação da Lei 6.404/76; Disponibilização das atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário ao Conselho Fiscal, seguindo as melhores práticas de governança corporativa; e Disponibilização dos documentos de Governança Corporativa na página Institucional da CETESB na Internet, de acordo com os princípios de conduta ética e de transparência.

Compromisso da Administração

A gestão da CETESB está alinhada ao seu Planejamento Estratégico, ao Plano de Negócios 2018 e à Análise de Riscos e Oportunidades 2018-2022, aprovados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, e ao Plano Plurianual 2016 - 2019, do Governo do Estado e da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), atual secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), no âmbito do programa intitulado "2604 - Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental", que objetiva atender suas principais atribuições, desenvolvendo as atividades de: monitoramento ambiental, licenciamento ambiental, gestão do conhecimento, financiamento de projetos ambientais com o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP), compensação ambiental do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, políticas públicas de resíduos sólidos e eficiência dos recursos naturais - com o uso da ferramenta Sistema Estadual de Gerenciamento *Online* de Resíduos Sólidos (SIGOR); e responsabilidade pós-consumo em atendimento à Resolução SMA 38/2011, além de dois produtos sob a coordenação da CETESB vinculadas aos Programas da SMA, a saber: Compensação ambiental para execução das atividades destinadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA), e projetos apoiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

A Administração está comprometida com o cumprimento das atribuições legais da CETESB, com a redução do seu grau de dependência financeira do Tesouro Estadual e com o atendimento ao interesse coletivo dentro dos princípios de excelência na gestão, conduta ética e das melhores práticas de governança corporativa.

PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS EM 2018

Câmaras Ambientais: ativas (9): Indústria Têxtil; Comércio de Derivados de Petróleo; Indústria da Construção; Indústria de Couros, Peles, Assemmelhados e Calçados; Setor de Abate, Frigorífico e Granaria; Setor de Madeira, do Mobiliário e de Papel e Celulose; Setor de Mineração; Setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento e Setor Sucroenergético. Destacam-se o Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) e o Plano de Ação de Emergência (PAE) para transporte de produtos perigosos em rodovias, a Revisão das Normas CETESB de Extração por Escavação e a de Desmorte Hidráulico e o Plano de Monitoramento de Águas Subterrâneas em Áreas de Aplicação de Vinhaça; **Auditoria Administrativa:** os trabalhos resultaram em 12 processos administrativos corretivos e/ou especiais; 21 relatórios de auditoria preventiva e/ou corretiva; 145 despachos de exames de contratos administrativos; 5 despachos de natureza corretiva; e 3 despachos de revisão de Normas Administrativas, além do atendimento às demandas do controle externo da CETESB (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria da Fazenda) e da auditoria independente; **Auditoria Técnica:** emitidos quatro relatórios de natureza corretiva; 3 informações técnicas para procedimentos específicos do DECAP e do Ministério Público; 55 despachos; 6 manifestações técnicas específicas conjuntas, além do atendimento às demandas do Centro de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda sobre análise de riscos. O Departamento de Auditoria Interna exerceu a função de responsabilidade pelo controle interno da CETESB, promovendo a adequação aos ditames da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 62.349/2016; **Resíduos Sólidos:** Assinados 2 Termos de Compromisso para a Logística Reversa no setor de embalagens em geral, e adotados os Termos de Embalagens de Agrotóxicos, Filtros de Óleo Lubrificante Automotivo e Embalagens de Óleo Lubrificante, além da discussão de propostas de novos Termos para medicamentos, eletroeletrônicos e embalagens de tintas imobiliárias. Destaca-se a publicação da DD CETESB nº 076/2018/C, que regulamenta a

inclusão da logística reversa como condicionante no licenciamento ambiental. Já quanto à implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento *Online* de Resíduos Sólidos (SIGOR) - Módulo Construção Civil, o sistema encontra-se em operação em São José do Rio Preto, com cerca de 1.300 usuários e aproximadamente 1.800 Controles de Transporte de Resíduos (CTR); e em Catanduva, com cerca de 85 usuários; **Acordos de Cooperação:** coordenados acordos com: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, Laboratório PACTE (Plano de Ação para o Crescimento e Transformação de Negócios), e outras instituições francesas; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto Nacional de Pesquisa em Ciência e Tecnologia para o Meio Ambiente (IRSTEA), da França; Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), da Argentina; Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU); e Associação Interamericana de Engenharia Sanitária (AIDIS). Foram ainda acompanhadas várias visitas à CETESB de pesquisadores e representantes de órgãos ambientais do Brasil, América Latina e América Central; **Fundo Estadual de Controle e Prevenção da Poluição (FECOP):** executados trâmites para a assinatura de 48 contratos, totalizando R\$ 8,96 milhões, para a melhoria da gestão dos resíduos e das condições ambientais e de saúde pública. Foram analisados e acompanhados os projetos em andamento de gestão de resíduos, assim como do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais; **Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRA):** acompanhou o processo que culminou com a formalização de 02 Termos de Ajustamento de Conduta, firmados entre o Ministério Público e empresas, em razão de danos causados ao solo e às águas subterrâneas, cujos recursos devem compor o orçamento do Fundo; **Mudanças Climáticas:** dada continuidade à coordenação e realização de projetos, entre eles: Elaboração do edital para contratação de consultoria para realização do Projeto de Capacitação Técnica dos Municípios da Baixada Santista, com recursos do FEHIDRO; Recepção e análise dos inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE) das indústrias; Publicação do "Estudo de baixo carbono para a indústria paulista 2014-2030", elaborado em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Elaboração do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Fazenda e a CETESB, para disponibilização e análise de informações recebidas dos inventários corporativos de gases de efeito estufa; Apoio aos grupos de trabalhos da Secretaria de Infra Estrutura e Meio Ambiente no contexto do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e do Comitê de Integração; **Acordos Multilaterais e Atividades do Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes:** realizadas as seguintes atividades: Capacitação, assistência técnica e transferência de tecnologia; Workshops internacionais, em conjunto com o Secretariado da Convenção de Estocolmo, da Convenção de Basileia, da Convenção de Roterdã e da Convenção de Minamata sobre Mercúrio; Fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos países da América Latina para a gestão de substâncias químicas industriais, por meio de treinamento internacionais; Projeto piloto para diagnóstico da contaminação ambiental por Sulfuramida, em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA); Apoio ao MMA para o desenvolvimento das ações prioritárias do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs; Implementação da página *web* do Centro Regional no site da CETESB; Desenvolvimento e implementação de atividades de sinergia com a Convenção de Estocolmo sobre POPs; Participação em palestras e debates sobre a eliminação e redução dos detritos marinhos contendo plásticos e micro plásticos em atividades educativas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; e Desenvolvimento de vídeos didáticos sobre a eliminação e redução dos detritos marinhos contendo plásticos e micro plásticos para as Campanhas Verão no Clima no ano 2018 e 2019; **Resíduos Sólidos Urbanos:** intensificou-se as ações nos municípios com Índice de Qualidade de Resíduos no Estado de São Paulo - IQR menor que 7, (condições inadequadas de disposição), principalmente as de orientação aos gestores municipais, de controle da disposição dos resíduos urbanos, e a aplicação de sanções, sendo 1.488 inspeções, 209 penalidades e 06 interdições em aterros; **Esgoto Doméstico:** concedidas 128 licenças de operação em Estação de Tratamento de Esgoto, realizadas 981 inspeções a sistemas de tratamento de esgotos, aplicadas 87 advertências e 46 multas, o que resultou na queda do número de municípios sem tratamento para 40, e na melhoria do ICTEM para 6,34; **Licenciamentos de Baixo e Alto Impacto Ambiental:** A CETESB participa do Módulo Estadual de Licenciamento do Via Rápida Empresa - VRE que prevê a integração de órgãos estaduais, como a CETESB, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária com as prefeituras municipais conveniadas. Em 2018, a CETESB participou da emissão de 114.275 Certificados de Licenciamento Integrado, sendo 112.427 considerados de baixo risco e emitidos pela Internet e 1.848 de alto risco, com atendimento presencial; foram emitidas 182 licenças ambientais de alto impacto, e 18.795 licenças ambientais de médio e baixo impacto, além de, 464 pelo Sistema de Licenciamento Simplificado (SILIS), 3.978 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada ou intervenção em área de preservação permanente (incluindo neste valor as relacionadas ao licenciamento de alto impacto ambiental), 354 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais, 486 Certificados de Dispensa de Licenciamento, 1.835 Pareceres Técnicos, 1.330 Pareceres Desfavoráveis, 528 Termos de Indeferimento para solicitações de análise de intervenção em recursos naturais, e 179 Termos de Indeferimento para intervenção em APM e APRM. Foram firmados 2.039 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental e 02 Termos de Compromissos de Instituição de Composição ou de Compensação da Reserva Legal, realizados 137 embargos e o arquivamento de 1.459 solicitações de licenças e pareceres técnicos GRAPROHAB e de 852 solicitações de autorizações. Além disso, foram emitidas 22.793 Declarações de Atividades Isentas de Licenciamento (destes 6.470 de licença prévia de instalação e operação, 13.370 de declaração de atividades isentas de licenciamento e 2.953 emitidas pelo VRA). Das licenças ambientais emitidas, inclui-se 4 licenças prévias ou de instalação referentes ao Programa de Recuperação de Interesse Social (PRIS). Foram também aprovados 448 empreendimentos para fins habitacionais por meio do Certificado GRAPROHAB que equivale à Licença Prévia e a Licença de Instalação da CETESB, realizadas 6.640 inspeções técnicas e emitidos 8.878 CADRIS; **Áreas Contaminadas e Reabilitadas:** reabilitadas para uso declarado 1.453 áreas, e outras 1.397 encontram-se em processo de monitoramento para encerramento, o que representa 47% do total de 6.110 das áreas registradas e que podem ser consideradas aptas para o uso; **Fiscalização de Fontes Fixas:** registradas 43.418 inspeções técnicas, com a lavratura de 4.819 Autos de Advertências, 2.994 Autos de Penalidade de Multas e 13 Autos de Interdição sendo 06 em aterros, 02 em postos de combustíveis e 05 em indústrias; **Postos de Combustíveis:** realizadas 4.256 inspeções, gerando 455 advertências, 331 multas, 18 multas diárias, 2 interdições e 2 empreendimentos embargados; **Passivo de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental:** avaliados 317 TCRA's com mais de 5.000 mudas, sendo 138 cumpridos, 24 não cumpridos, 19 arquivados, 130 parcialmente cumpridos e 06 continuaram em outros processos. Os termos cumpridos representam cerca de 1.662.539 mudas; **Atendimento às Reclamações:** atendidas 11.950 reclamações relativas a fontes de poluição e 1.554 reclamações relativas à emissão de fumaça preta registradas no sistema Disque Ambiente; **Atendimento às Emergências Químicas:** atendidas 343 ocorrências, sendo 54,5% no transporte rodoviário, 3,2% por descarte de resíduos, 10,8% em indústrias, 3,5% em postos de combustíveis, 1,2% no transporte ferroviário, 1,5% no transporte aquaviário, 2,0% no transporte por dutos, 3,2% no armazenamento e 10,5% em outras ocorrências; **Fiscalização de densidade colorimétrica de Fumaça Preta emitida por veículos à diesel no Estado:** contabilizadas 10.403 multas por emissão de fumaça preta; **Projeto Sala de Cenários:** ultrapassou a marca de 301 profissionais cadastrados e cerca de 1.350 empreendimentos já georreferenciados, sendo 1.040 com o registro de informações relativas aos seus processos; **Emissões Veiculares:** entre abril e setembro de 2018, intensificou a fiscalização de emissão de fumaça por veículos a diesel, abrangendo 151.349 veículos, sendo 2.930 com emissão acima do padrão. O Laboratório de Emissões Veiculares no ABC, destinado exclusivamente à avaliação de veículos e motores à diesel, realizou 149 ensaios e participou em programas de proficiência em emissões veiculares. O Laboratório de Emissão Veicular na Sede, para veículos do ciclo Otto, realizou 147, teve seus ensaios ampliados através de avaliação de manutenção pelo Cgcre/Inmetro e participou de programa de proficiência em emissões veiculares, obtendo resultados satisfatórios, além de participar como Agente Técnico Conveniado (ATC) junto ao IBAMA nos testemunhos de um dos ensaios de proficiência de emissões de automóveis; **Avaliação da Qualidade do Ar:** a rede automática de monitoramento da qualidade do ar contou com 62 estações (30 na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 05 no Litoral e 27 no Interior), e a rede manual contou com 26 locais de amostragem no Estado; **Águas Subterrâneas e Solos:** realizadas amostras semestrais em 313 pontos (poços tubulares e nascentes) resultando em 625 amostras de água. Já a rede de monitoramento das águas subterrâneas, localizada mais próxima da superfície do solo, operada em conjunto com o Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos (CTH)/Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), foi ampliada em 26 pontos, com recursos financeiros do Banco Mundial, atingindo o número de 64 piezômetros localizados nos aquíferos Bauru e Guarani; **Águas Superficiais:** as redes de monitoramento de água doce e de água salina e salobra foram constituídas por 471 pontos de amostragem, distribuídos pelos principais rios e reservatórios, e por 66 pontos localizados em estuários e no Oceano Atlântico; **Rede Automática da Qualidade das Águas:** instaladas 02 novas estações: Taiaçupeba e Caulim, totalizando 15 estações em operação; **Praias do Litoral:** A CETESB divulga a qualidade das praias à população através do seu site e de uma página no "Facebook", e foi lançado um novo aplicativo *App*, para dispositivos móveis para informar à população, de maneira ágil, a qualidade das águas das praias. **Sistema de Informação de Águas e Efluentes:** implementados os módulos:- Fase 3- Automonitoramento, Fase 4 - Saneamento Municipal (ICTEM), Fase 5 - Gestão de Águas Subterrâneas, Fase 6 - Recursos de Geoprocessamento e Fase 7 - Dicionários, consultas e relatórios; **Análises Ambientais:** modernização da infraestrutura e equipamentos de vários Laboratórios da sede e interior, que permite a ampliação da capacidade de diagnóstico da qualidade ambiental e da fiscalização, sendo realizadas 369.957 análises (187.213 nos laboratórios descentralizados e 182.744 nos laboratórios da sede). Destacam-se a implantação do novo laboratório de química orgânica na sede, para análise de poluentes orgânicos persistentes em amostras sólidas, que permitirá analisar os retardantes de chama (polibromados), e a inserção no laboratório de Cubatão das análises de compostos voláteis e semi-voláteis. Em 2018, iniciaram-se as obras de 03 novos laboratórios, para onde serão transferidas as unidades de Campinas, Sorocaba e Taubaté, possibilitando a melhoria no fluxo de trabalho, instalação de novos equipamentos, melhor atendimento ao público e melhor gestão de gastos públicos, com extinção de alugueis. Atualmente a CETESB lidera, em número e diversidade de ensaios, a relação dos laboratórios governamentais acreditados na Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CGCRE/INMETRO) pela norma NBR ISO/IEC 17.025:2005, totalizando 1.291 ensaios acreditados até o final de 2018, sendo 530 nos laboratórios descentralizados e 757 nos laboratórios da sede, incluindo os 04 ensaios acreditados no Laboratório de Emissão Veicular. Além disso, participa ativamente

continua →

-☆ continuação

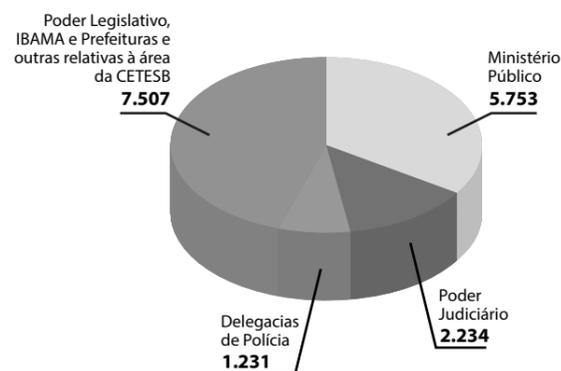


CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE QUE ACOMPANHA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2018

das câmaras técnicas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CGCRE/INMETRO), e auxilia na elaboração de normas e decisões utilizadas em todo o território nacional; **Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)**: recebeu cerca de R\$ 1,1 milhão. Foram emitidos 327 pareceres relativos à aprovação/acompanhamento da implantação de 150 empreendimentos, importando aproximadamente R\$ 80 milhões. Em setembro de 2018, a CETESB foi indicada a obter R\$ 238.974,45, não reembolsáveis, para o Programa de Capacitação da Vertente Litorânea; **Capacitação e difusão do conhecimento ambiental - Escola Superior da CETESB (ESC)**: organizados 179 cursos e eventos técnicos, com 2.157 participações de empregados, além de 1.103 alunos provenientes de instituições paulistas e de outros estados, e 71 profissionais de outros países. O corpo técnico teve oportunidade de participar de 164 cursos e eventos externos, nacionais e internacionais, e de 68 programas de pós-graduação. O encerramento da 1ª turma da pós-graduação "Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais", ocorreu em setembro, no âmbito das festividades pelos 50 anos da CETESB, e a terceira turma da pós-graduação, com 33 alunos, teve início em agosto. Foi consolidado o Portal da Capacitação para ensino a distância, com a modelagem de cursos voltados para a segurança no trabalho, além do incremento no uso da sala de *web* conferência. Em relação à Biblioteca, esta contou com 137 mil acessos por Internet e Intranet; **Melhoria na Gestão de Assistência Médica**: aprimorado o processo interno de gestão participativa, rede credenciada, análise das contas médicas apresentadas pelos prestadores de serviços credenciados, além de novos prestadores de serviço foram incluídos; **Seguro de Vida em Grupo**: manteve-se a continuidade da redução no valor do índice na renovação da apólice do Seguro de Vida com nova empresa seguradora, mantendo a sistemática de custeio de 100% da apólice pelos empregados optantes e também as condições gerais já existentes; **Programa de Movimentação de Empregados**: recebeu 201 inscrições, das quais 150 permaneceram elegíveis a futuras movimentações e 07 funcionários foram contemplados com a transferência desejada; **Programa de Estágio**: propiciou a aprendizagem média de 32 estudantes/mês; **Via Rápida Ambiental (VRA)**: foi disponibilizado para o público em 29/12/2017, e em 2018 teve o acompanhamento da implantação contínuo, com execução dos ajustes necessários; **Via Rápida Empresa (VRE)** - implantada Fase 1 - Disponibilização via internet para o Empreendedor para obter a licença de forma integrada da CETESB, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e Agricultura em 29/12/2017 e 19/02/2018 (complementar); Fase 2 - Liberação dos *status* - Mensagens do andamento do processo de licença/renovação em 03/08/2018; Fase 3 - Integração das propostas de licenciamento de alto risco no Portal de Licenciamento Ambiental (PLA) em 03/08/2018; **SincetWeb**: que teve sua implantação concluída em 2018; **Papel Zero**: desenvolvido o parcelamento de multas de forma eletrônica com a utilização de documentos digitalizados e encaminhados via internet para fontes fixas e móveis, e as solicitações de recursos de fontes móveis também foram inseridas; **INFOÁGUAS**: implantadas Fase 3 a 7; **Gestão de Multas**: implantação de melhorias como criação de campo Justificativa para 1º, 2º e 3º recursos e criação de parâmetro de número de dias para controle das autuações; **Atendimento ao Ministério Público, Poder Judiciário e Delegacias de Polícia e outros**, realizado conforme dados do gráfico abaixo.

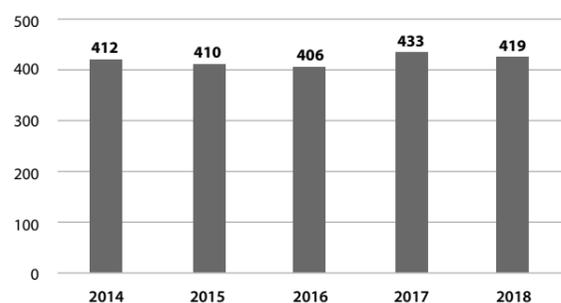


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A deterioração do cenário econômico nacional, persistente desde 2014, provocou também em 2018 significativa perda de arrecadação do Governo do Estado de São Paulo e, por consequência, para a CETESB que é empresa dependente.

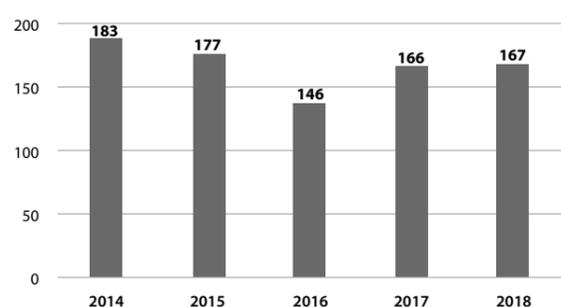
As receitas operacionais líquidas, que em 2017 foram de R\$ 433 milhões, em 2018, alcançaram apenas o montante de R\$ 419 milhões. Nos últimos cinco anos a evolução, em termos de valores correntes, tem sido a constante do gráfico a seguir apresentado.

Histórico Receita Operacional Líquida



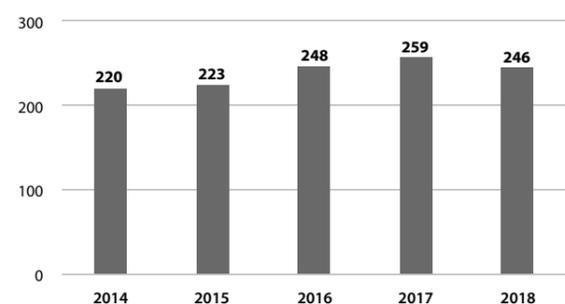
Uma das principais receitas da CETESB é oriunda da subvenção econômica do Tesouro do Estado, tem sua evolução destacada no seguinte gráfico.

Subvenção Econômica do Tesouro



Outra importante receita é a relativa ao exercício do poder de polícia delegado pelo Estado, que tem como componentes o licenciamento ambiental, multas ambientais e a taxa de fiscalização ambiental, conforme o apresentado.

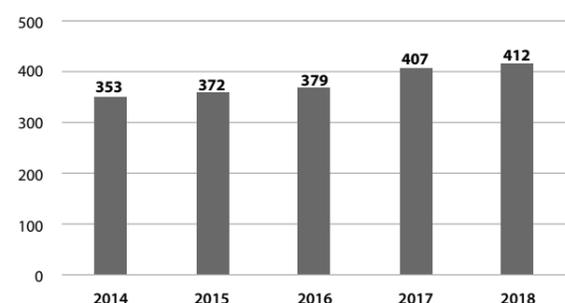
Receita do Exercício do Poder de Polícia Delegado



De outro lado, nestas condições onde a economia tem se mostrado desfavorável, a Empresa se viu na contingência de implementar medidas para reduzir ou conter seus gastos especificamente com pessoal, que corresponde a 85% de todos os seus desembolsos, e otimizar os recursos existentes.

Nos últimos anos, o quadro de pessoal tem sido reduzido ano a ano. Apesar dos reajustes salariais concedidos na data-base e da participação nos resultados, a Companhia tem conseguido manter os gastos em patamares administráveis, consoante histórico a seguir.

Gastos com Pessoal e Reflexos



Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB se manteve dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no estado de São Paulo.

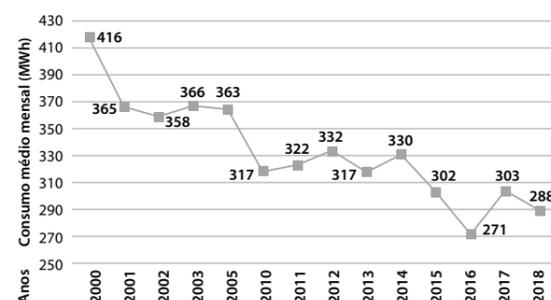
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Como temas relevantes no âmbito da Sustentabilidade, destacam-se os seguintes segmentos:

DESEMPENHO AMBIENTAL

Energia elétrica, combustíveis e uso racional, conscientização e aproveitamento da água no complexo predial da Sede - contínua redução do consumo mensal, conforme apresentado.

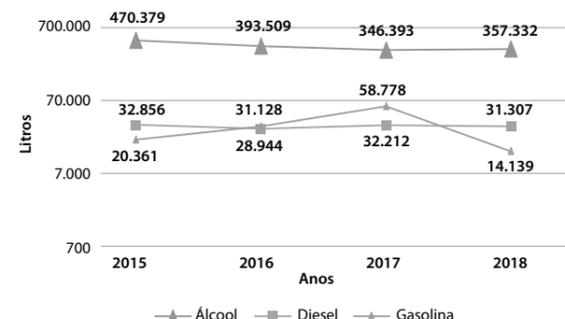
Consumo médio de eletricidade na Sede (MWh/ano)



Consumo médio de combustíveis

Descrição	2016	2017	2018	Unidade
Consumo total de combustíveis de fontes renováveis:				
Hidroelétrica - Sede (1)	3.246	3.636	-	MWh
Etanol	393.509	346.393	357.332	litros
Consumo total de combustíveis de fontes não renováveis:				
Gasolina	31.128	58.778	14.139	litros
Diesel	28.944	32.212	31.307	litros

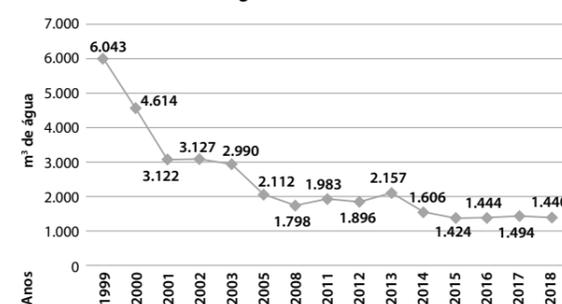
Comparativo anual da utilização dos combustíveis



Reuso médio anual de água na Sede

	2016	2017	2018	Unidade
Água de chuva coletada	-	423	605	m³
Concessionária/empresa de abastecimento	17.325	17.930	17.281	m³

Consumo médio anual da água SABESP na Sede

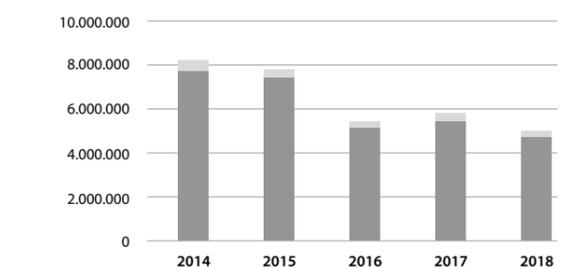


Resíduos - somados o resíduo produzido interna e externamente, foram coletados 6.529 sacos de 100 litros com material reciclado, destinado a uma cooperativa de reciclagem.

Na Sede segue instalada a urna coletora de equipamentos acessível aos empregados e frequentadores das instalações da CETESB/SIMA.

Foram encaminhadas para descontaminação 1.751 lâmpadas fluorescentes inteiras e, há articulação com o Fundo Social de Solidariedade para a adequada destinação de resíduos metálicos e eletrônicos.

Quantidade de cópias reprográficas



Boas práticas ambientais: apoio aos empregados usuários de bicicleta, com a implantação do bicicletário na Sede; estímulo à redução do consumo de papéis, imprimindo somente o necessário e revisando os documentos na tela; editais de contratações de obras e serviços que incluem exigências mais rigorosas visando a utilização de equipamentos mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa para a redução de insumos não renováveis, entre outras ações;

Compras Sustentáveis: atualmente dos 6.626 produtos do cadastro de compras, 123 possuem o "selo socioambiental" da Bolsa de Eletrônica de Compras - BEC. Foram adquiridos 57 itens do catálogo socioambiental, num total de R\$ 267.724,26, sendo os principais: Papel A4 reciclado para impressão (8.450 pacotes de 500 folhas em formato A4); Lápis com exigência de madeira certificada (408 unidades); Envelopes de papel reciclado (59 mil unidades); Sacolas para material dos cursos de tecido com 100% de PET reciclado (500); Camisetas de PET reciclado (105 unidades), além de outros produtos do catálogo socioambiental, tais como: equipamentos eletroeletrônicos de maior eficiência; lâmpadas LED de menor consumo; tintas com menor toxicidade; torneiras economizadoras de água; dentre outros.

DESEMPENHO SOCIAL

A CETESB, no cumprimento da agenda da gestão ambiental, atua com sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento econômico e social da população paulista com a observância das políticas ambientais do Governo do Estado de São Paulo. Há de ressaltar que a área ambiental é difusa e, desta forma, impacta em diversos aspectos da sociedade paulista.

Como exemplos de atuação social, destacamos algumas vertentes: no **campo habitacional**, atua como membro do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (GRAPROHAB), onde analisa e emite parecer de viabilidade para instalação de empreendimentos habitacionais localizados em Área de Preservação Permanente (APP), Área de Proteção aos Mananciais (APM) e Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM); no **campo da saúde pública**, licencia empreendimentos que visam ao abastecimento público de água, além de atuar no monitoramento dos reservatórios de águas superficiais e subterrâneas e, ainda nas águas litorâneas, informando aos banhistas sobre a qualidade das praias.

Dentro do escopo do monitoramento das águas podemos destacar as atividades de vigilância ambiental do vírus da poliomielite, dos protozoários patogênicos e entéricos nos diversos meios como os mananciais, os esgotos, as águas de reuso etc.

Rotineiramente a CETESB promove a fiscalização de emissão de fumaça preta nos veículos a diesel, como parte do trabalho de monitoramento da qualidade do ar e periodicamente realiza megacomandos onde é intensificada a fiscalização, hoje em processo de aprimoramento com o uso do opacímetro.

O objetivo é a melhoria da qualidade do ar e, consequentemente, da saúde da população; no **campo educacional**, destaca-se a Escola Superior, que colabora para atualizar e disseminar o conhecimento ambiental tanto para seu público interno como o público externo; no **campo do desenvolvimento econômico**, em conjunto com o setor produtivo, a CETESB busca os meios de produção de menor impacto ambiental tanto ao influir no próprio processo produtivo como na implantação do empreendimento em determinada região.

Como exemplo, temos as fiscalizações da queima da palha de cana e dos sistemas de destinação dos resíduos sólidos e efluentes líquidos.

Além disso, mantém interlocução direta com o setor produtivo por meio das Câmaras Ambientais; e o **campo das políticas públicas**, a CETESB publica e disponibiliza anualmente diversos manuais com o objetivo de influenciar as políticas dos diversos órgãos executores.

O detalhamento deste relatório está disponibilizado no sítio da CETESB - www.cetesb.sp.gov.br.

-☆ continua

-☆ continuação



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores em milhares de reais)

percentual correspondia, aproximadamente, a 68% (sessenta e oito por cento) do saldo apresentado na rubrica da DÍVIDA ATIVA NO ATIVO NÃO CIRCULANTE. Porém, a partir do exercício de 2018, adotou-se uma posição mais conservadora, face ao histórico de recebimentos ocorridos nos exercícios de 2016 a 2018, considerando inclusive a perda esperada, independentemente do prazo de inscrição dos títulos na Procuradoria Geral do Estado (PGE), alterando assim, a base da estimativa da provisão, cujo percentual correspondeu a 90% do saldo apresentado na referida rubrica, no grupo do ATIVO NÃO CIRCULANTE, em observância ao disposto na NBC TG 23 (R1). No exercício social de 2018, foi recebido o montante de R\$ 36.997 mil de títulos inscritos.

Desta forma, como pode ser observado no demonstrativo a seguir, o montante registrado no exercício de 2017, no Ativo Circulante, foi sensivelmente reduzido para o exercício de 2018. O ajuste desta provisão contribuiu significativamente na apuração do prejuízo auferido de R\$ 170.050 mil, no exercício de 2018:

	2018	2017
Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE	31.730	74.744
Inscrições na Dívida Ativa - NÃO CIRCULANTE	843.081	800.718
PCLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(758.773)	(550.413)
TOTAL NÃO CIRCULANTE	84.308	250.305
TOTAL DÍVIDA ATIVA	116.038	325.049

A título de demonstração, informamos que os saldos de 2017 sofreram reclassificação nas rubricas "Inscrições na Dívida Ativa - NÃO CIRCULANTE" e na "PCLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (-)", no montante de R\$ 13.401 mil. Entretanto, o montante da carteira líquida não se alterou.

Composição da PCLD - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (-):

	2018	2017
Multas Controle Indústria	669.842	484.547
Multas Fumaça Preta	797	594
Multas Agenda Verde	65.856	51.871
Atualização Legal	22.278	13.401
TOTAL	758.773	550.413

O montante da atualização da carteira da dívida ativa no exercício foi de R\$ 24.753 mil (R\$ 19.496 mil em 31/12/2017). A atualização é reconhecida em receitas do exercício, e considerando a PCLD da Atualização Legal, no montante acima de R\$ 22.278 mil, a variação monetária líquida foi de R\$ 2.475 mil (R\$ 6.095 mil em 31/12/2017), as quais podem ser observadas na Demonstração de Resultado do exercício.

Em relação à variação da PCLD no exercício, no montante de R\$ 208.360 mil, o mesmo está composto por: R\$ 186.898 mil, relativo ao aumento da provisão no 4º trimestre do exercício, R\$ 22.278 mil relativo à Atualização Legal, conforme mencionado no quadro acima e o montante de R\$ 816 mil (a crédito), relativo a ajustes no exercício.

Multas e Juros sobre inscrições de títulos na Dívida Ativa do Estado (PGE)

A título de esclarecimento ainda sobre as inscrições na Dívida Ativa, a Companhia apropriou no resultado do exercício, o montante de R\$ 16.604 mil (R\$ 18.249 mil em 31/12/2017), referente a encargos financeiros que são calculados automaticamente pelo SDA, no momento do registro do título. As multas e juros das inscrições estão apresentadas na Demonstração de Resultado do exercício.

07 Imobilizado

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2018		2017	
		Depreci-		Líquido	
		Custo	ação (-) Líquido	Custo	Líquido
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	61.581	31.103	30.478	32.291
Rede Telemétrica	10	2.665	2.665	-	5
Máquinas e equipamentos	10	94.770	53.487	41.283	44.642
Móveis e utensílios	10	5.450	3.825	1.625	1.750
Veículos e embarcações	20 e 5	15.689	13.102	2.587	2.866
Microcomputadores e periféricos	20	20.401	15.003	5.398	7.217
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	41	41	-	-
Beneficentárias em propriedade terceiros	20	25.533	4.781	20.752	21.668
Imobilizações em andamento		14.907	-	14.907	6.694
Outros	4	982	109	873	866
TOTAL		256.976	124.116	132.860	132.956

b. Movimentação do Custo

	2017		2018	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	-	-	14.957
Edifícios e instalações	60.544	1.037	-	61.581
Rede Telemétrica	2.665	-	-	2.665
Máquinas e equipamentos	91.632	3.925	787	94.770
Móveis e utensílios	5.248	239	37	5.450
Veículos e embarcações	14.514	1.265	90	15.689
Microcomputadores e periféricos	19.485	983	67	20.401
Laboratório volante e de testes de Veículos	41	-	-	41
Beneficentárias em propriedade terceiros	25.482	51	-	25.533
Imobilizações em andamento	6.694	8.213	-	14.907
Outros	972	10	-	982
TOTAL	242.234	15.723	981	256.976

08 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Amortização % a.a.	2018		2017	
		Amorti-		Líquido	
		Custo	zação (-) Baixas	Custo	Líquido
Software	20	9.086	3.505	-	5.581
TOTAL		9.086	3.505	-	5.581

b. Movimentação do Custo

	2017		2018	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	9.006	80	-	9.086
TOTAL	9.006	80	-	9.086

09 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Impostos sobre Folha de Pagamento	17.754	18.261	-	-
Impostos e Contribuições de Terceiros	1.424	363	-	-
Impostos Reserva de Reavaliação	75	75	1.552	1.625
Parcelamento - IRRF	-	3.663	-	-
TOTAL	19.253	22.362	1.552	1.625

No exercício de 2018, a Administração decidiu pelo recolhimento das contribuições sociais (PIS/PASEP, COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), sobre as receitas oriundas do poder de polícia delegado pelo Estado, aplicando o regime da cumulatividade na base de cálculo e alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS, e o critério da apuração pelo Lucro Real, para apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

10 Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

a) Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes Provisões para Contingências no Balanço e respectivos depósitos judiciais:

	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Contingências Trabalhistas	6.519	8.130	11.081	16.832
Contingências Cíveis e Fiscais	8.076	2.252	20.697	57.323
	14.595	10.382	31.778	74.155

O montante em 31 de dezembro de 2018, em Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 10.090 mil (R\$ 11.281 mil em 31/12/2017)

b) A movimentação das provisões no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Ações Trabalhistas		Ações Cíveis e Fiscais	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.962	59.575	29.379	29.336
Adições	(11.731)	(6.489)	(25.010)	(53.649)
Reversão da provisão (-)	17.600	28.773	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.600	28.773	-	-

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, e está discutindo estes litígios tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, os quais, quando aplicáveis, estão resguardados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seu Departamento Jurídico.

A seguir, o detalhamento da natureza das Provisões:

- Provisão para Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados reivindicando a sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.
- Provisão para Contingências Cíveis - possui características próprias, e referem-se em sua grande maioria, a ações contra a empresa, relativos a mandados de segurança e ações anulatórias de multas em geral; ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações com desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para se realizar o provisionamento das ações de perda provável, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se realizado a identificação dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, com exceção de eventuais pagamentos de custas e honorários advocatícios.
- Provisão para Contingências Fiscais - No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas ao exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, em fiscalização concluída no exercício em questão. O montante atualizado em 31/12/2018 é de R\$ 58.532 mil, sendo classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 17.557 mil, como perda provável, e R\$ 40.975 mil como perda possível. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado, conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

A reversão significativa da Provisão realizada no exercício de 2018, deve-se ao fato da fiscalização da Receita Federal ter considerado na época o regime da não cumulatividade, que apesar das bases de cálculo diferenciadas, possui alíquotas maiores. O total revertido no exercício foi de R\$ 29.248 mil. Ainda sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27 de setembro de 2018, o órgão emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL no montante de R\$ 26.249 mil, sendo que a Administração ingressou com Pedido de Impugnação de ambos os Termos, na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 mil, e multa de R\$ 19.678 mil. Por ocasião da aprovação das Demonstrações Contábeis, a Receita Federal ainda não havia se pronunciado sobre o Pedido de Impugnação apresentado.

O Departamento Jurídico da CETESB informou que a perda é possível, tratando-se do pagamento do Auto de Infração. No Pedido de Impugnação, o Departamento Jurídico defende que o montante arbitrado deve ser de R\$ 3.585 mil.

d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível

A Companhia é parte em ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, classificadas pelo nosso departamento jurídico como de risco de perda possível, sendo assim, a Administração não constituiu Provisão no Balanço Patrimonial, em observância a NBC TG nº 25 (R1). A seguir, demonstramos a composição dos referidos montantes por natureza:

	2018	2017
Cíveis/Fiscais	70.066	98.107
Trabalhistas	25.815	30.276
TOTAL	95.881	128.383

11 Patrimônio Líquido

- a. O capital social está representado por 5.650.748.202 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. No exercício de 2018, a Companhia auferiu prejuízo, no montante de R\$ 170.050 mil, para o qual foi utilizado o montante total das Reservas de Lucros para absorção, mais parte das Reservas de Capital. Consequentemente, a Companhia deixou de possuir Reservas de Lucros.
- c. Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e beneficentárias). No exercício de 2018, foi reconhecida, em contrapartida ao Resultado, a depreciação no montante de R\$ 312 mil.
- d. O prejuízo auferido no exercício de 2018, no montante de R\$ 170.050 mil absorveu as Reservas de Lucros e parte das Reservas de Capital, no montante de R\$ 13.925 mil, restando um saldo nestas Reservas de R\$ 30.554 mil, em 31 de dezembro de 2018.

12 Receitas Operacionais

	2018	2017
Subvenção Econômica	166.623	165.596
Exercício de Poder de Polícia:		
Licenciamento	191.609	126.216
Multas Ambientais	68.073	134.561
Taxa de Fiscalização Ambiental	12.610	5.751
Cancelamentos (-)	(16.830)	(7.430)
Contribuições (-)	(9.545)	-
	245.917	259.098

	2018	2017
Vendas de Serviços/Produtos:		
Certificação de Veículos/Motocicletas	4.637	7.287
Cursos	2.107	1.813
Análises Laboratoriais	870	787
Demais Receitas	147	203
Impostos e Contribuições (-)	(694)	(1.432)
	7.067	8.658

	2018	2017
TOTAL	419.607	433.352

13 Custos e Despesas

	Custo de Produção		Despesas Gerais e Administrativas	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Reflexos	292.170	291.444	119.555	115.754
Materiais	3.575	3.438	416	419
Serviços de Terceiros	4.789	4.067	5.470	3.802
Recuperação Despesas - Convênios	-	-	(13.352)	(10.529)
Demais Despesas	33.937	35.749	(17.151)	(13.465)
TOTAL	334.471	334.698	94.938	95.981

Por conta de recuperações de despesas e reversão de contingências fiscais, em montantes significativos, a rubrica de Demais Despesas (Gerais e Administrativas) encerrou o exercício com saldo credor.

14 Variações Monetárias Ativas - Outras

O acréscimo ocorrido nesta rubrica teve como principal fator a atualização legal de R\$ 1.823 mil, sobre o montante principal de R\$ 7.158 mil, relativo à adesão ao REFIS - Programa de Recuperação Fiscal no exercício de 2017, referente à compensação indevida do IRRF no período de agosto e dezembro/1999. O referido montante foi utilizado para compensação de impostos federais incidentes sobre a folha de pagamento no exercício de 2018.

15 Remunerações Pagas aos Administradores

	Número de Membros			
	Valores		em 31 de dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Diretoria	1.419	1.099	5	5
Conselho de Administração	348	241	8	3
Conselho Fiscal	191	199	4	3
Comitê de Auditoria	204	-	3	-
TOTAL				

☆ continuação



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDIO CARVALHO DE LIMA - Presidente
ORESTES MARRACCINI GONÇALVES - Conselheiro
PATRICIA IGLECIAS - Conselheira
MARCIO REA - Conselheiro
SUSANA HANNA STIPHAN JABRA - Conselheira Independente
JOÃO CARLOS CASTILHO GARCIA - Conselheiro Independente

DIRETORIA

PATRICIA IGLECIAS
 Diretora-Presidente
CLAYTON PAGANOTTO
 Diretor de Gestão Corporativa
DOMENICO TREMAROLI
 Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
 Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental
ZULEICA MARIA DE LISBOA PEREZ
 Diretora de Controle e Licenciamento Ambiental
MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
 Contadora - CRC 1SP145802/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Acionistas da

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

A partir do exercício de 2018, a administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 06, alterou a estimativa da Provisão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), do montante a receber registrado contabilmente na rubrica da Dívida Ativa no Ativo Não Circulante, independentemente do prazo de inscrição dos títulos na Procuradoria Geral do Estado (PGE), que correspondia aproximadamente a 68% do saldo da referida rubrica contábil; para o histórico de recebimentos ocorridos nos três últimos exercícios, considerando inclusive a perda esperada em períodos futuros, independentemente do prazo de inscrição dos títulos na PGE, cujo percentual correspondeu a 90%, em observância disposto na NBC TG 23 (R1). Apesar do aumento da referida provisão ter afetado significativamente o resultado do exercício de 2018, entendemos que a decisão da diretoria da Companhia em apresentar os referidos valores a receber foi prudente e conservadora.

Conforme nota explicativa 10 "c", sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27 de setembro de 2018, o órgão

emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a Companhia, relativo à CSLL no montante de R\$ 26.249.038,52 (vinte e seis milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos), sendo que a administração, através de seu Departamento Jurídico, ingressou com Pedido de Impugnação de ambos os Termos na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição. A administração não efetuou a respectiva Provisão Contábil no Balanço Patrimonial, em razão da posição do Departamento Jurídico, ter classificado o processo como de perda possível. Por ocasião da emissão deste Relatório, a Receita ainda não havia se pronunciado sobre o Pedido de Impugnação, apresentado pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

Nossa opinião não está ressalvada sobre estes assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado na época da auditoria, que não foram apuradas deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2019

SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - 2SP 017.676/O-8

HUGO FRANCISCO SACHO

CRC - 1SP 124.067/O-1



CETESB



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

TECNICA

Técnica S.A.

CNPJ nº 06.170.169/0001-76

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Contábeis, elaboradas conforme legislação vigente, correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2018. Campo Limpo Paulista, 01 de Abril de 2019.

Balanço Patrimonial em 31/12/2018 e 2017 (R\$)					
Ativo	Notas	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		22.599.168,78	21.788.951,37	503.311,30	417.419,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	20.643.837,83	20.653.285,24	69.916,42	86.027,91
Contas a Receber	4	1.154.267,25	1.131.567,23	165.782,65	108.286,34
Adiantamentos a Fornecedores e Funcionários		789.160,09	3.508,00	46.266,39	41.417,54
Impostos a Recuperar		-	590,90	211.527,74	174.862,80
Despesas Antecipadas		11.903,61	-	650,38	6.614,61
Não Circulante		89.978,29	142.454,75	9.167,72	210,77
Depósitos Judiciais e Outros		-	2.243,52	8.800.000,00	8.800.000,00
Direitos - Longo Prazo		-	-	669.291,78	635.699,30
Imobilizado	5	89.978,29	140.211,23	12.716.543,99	12.078.286,85
Total do Ativo		22.689.147,07	21.931.406,12	22.689.147,07	21.931.406,12
				Reserva Legal	Reserva de Lucros
				8.800.000,00	11.423.761,60
				601.250,60	20.825.012,20
				34.448,70	(34.448,70)
				-	688.973,95
				-	688.973,95
				-	12.078.286,85
				-	21.513.986,15
				-	(33.592,48)
				-	671.849,62
				-	22.185.835,77
				-	22.185.835,77

Demonstração do Resultado (R\$)				
Notas	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Receita Bruta de Prestação de Serviços	2.674.635,37	1.872.082,08	2.674.635,37	1.872.082,08
Receita de Locação de Máquinas e Equipamentos	265.200,00	265.200,00	265.200,00	265.200,00
Receitas Brutas	2.939.835,37	2.137.282,08	2.939.835,37	2.137.282,08
Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta	(187.543,07)	(134.173,34)	(187.543,07)	(134.173,34)
Receitas Líquidas	2.752.292,30	2.003.108,74	2.752.292,30	2.003.108,74
Custo dos Serviços Prestados	(2.361.779,79)	(1.926.649,18)	(2.361.779,79)	(1.926.649,18)
Lucro Bruto	390.512,51	76.459,56	390.512,51	76.459,56
Receitas (Despesas) Operacionais	1.045.743,16	1.469.591,07	1.045.743,16	1.469.591,07
Gerais e Administrativas	(332.973,35)	(392.394,35)	(332.973,35)	(392.394,35)
Resultado Financeiro Líquido	8	1.378.094,01	1.378.094,01	1.834.211,42
Outras Receitas e (Despesas)		622,50	622,50	27.774,00
Resultado antes do IR e CS	1.436.255,67	1.546.050,63	1.436.255,67	1.546.050,63
Imposto de Renda e Contribuição Social	(764.406,05)	(857.076,68)	(764.406,05)	(857.076,68)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	671.849,62	688.973,95	671.849,62	688.973,95

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$)				
Notas	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Atividades Operacionais	671.849,62	688.973,95	671.849,62	688.973,95
Lucro Líquido do Exercício	671.849,62	688.973,95	671.849,62	688.973,95
Ajustes ao resultado do exercício:				
- Resultado na Venda de Ativo Permanente	124,50	(27.774,00)	124,50	(27.774,00)
- Depreciação/Amortização	41.473,02	139.052,09	41.473,02	139.052,09
- Lucro Líquido ajustado	713.447,14	800.252,04	713.447,14	800.252,04
(Aumento)/Redução de Ativos:	(817.421,30)	(96.648,65)	(817.421,30)	(96.648,65)
- Contas a Receber	(22.700,02)	(122.871,49)	(22.700,02)	(122.871,49)
- Adiantamentos a Fornecedores	(785.652,09)	16.021,13	(785.652,09)	16.021,13
- Impostos a Recuperar	590,90	(502,85)	590,90	(502,85)
- Despesas Antecipadas	(11.903,61)	10.704,56	(11.903,61)	10.704,56
- Outras Contas a Receber	2.243,52	-	2.243,52	-
Aumento/(Redução) de Passivos:	85.891,33	(93.437,80)	85.891,33	(93.437,80)
- Fornecedores	(16.111,49)	(5.563,67)	(16.111,49)	(5.563,67)
- Obrigações Fiscais e Tributárias	57.496,31	(97.343,90)	57.496,31	(97.343,90)
- Obrigações Trabalhistas	4.848,85	9.631,51	4.848,85	9.631,51
- Férias a Pagar	36.664,94	7.389,48	36.664,94	7.389,48
- Adiantamento de Clientes	(5.964,23)	794,09	(5.964,23)	794,09
- Outras Contas a pagar	8.956,95	(8.345,31)	8.956,95	(8.345,31)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(18.082,83)	610.165,59	(18.082,83)	610.165,59
Atividades de Investimento	8.635,42	(25.897,60)	8.635,42	(25.897,60)
Adições ao Ativo Imobilizado e Intangível	8.635,42	(25.897,60)	8.635,42	(25.897,60)
Caixa Consumido nas Atividades de Investimento	8.635,42	(25.897,60)	8.635,42	(25.897,60)
Acrescimo/(Diminuição) Líquido no Caixa e Equivalente Caixa	(9.447,41)	584.267,99	(9.447,41)	584.267,99
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	20.653.285,24	20.069.017,25	20.653.285,24	20.069.017,25
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	20.643.837,83	20.653.285,24	20.643.837,83	20.653.285,24
Acrescimo/(Diminuição) Líquido no Caixa e Equivalente Caixa	(9.447,41)	584.267,99	(9.447,41)	584.267,99

As aplicações de renda fixa referem-se à aquisição de cotas de fundos de renda fixa junto a Bancos de primeira linha, com possibilidade de resgate imediato. **4. Contas a Receber** - Clientes - Mercado Interno

Os saldos das Contas a Receber que compõem o grupo são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, sendo composto por duplicatas a receber decorrentes das operações de prestação de serviços no mercado nacional.

5. Imobilizado: Conforme previsto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.177/09, a Administração irá rever as taxas de depreciação para o exercício a findar em 31/12/2019, de acordo com a vida útil remanescente dos itens do ativo imobilizado.

6. Fornecedores - Fornecedores Nacionais

Os saldos dos Fornecedores estão demonstrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

7. Capital: O Capital Social é de R\$ 8.800.000,00 dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas, endossáveis, sem valor nominal.

8. Resultado Financeiro - Receitas financeiras e Despesas financeiras

9. Instrumentos Financeiros: A Técnica S.A. não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvol-

vidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação. **10. Contingências Fiscais:** Impostos e contribuições dos últimos 5 (cinco) anos estão sujeitos à revisão das autoridades brasileiras para avaliação final. Não há processos significativos pendentes contra a empresa em 31/12/2018.

Eliana Cristina Rodrigues Bacellar - Diretora-Presidente
Ludovico Pasztor - Diretor Vice-Presidente
Paulo de Tarso Marques - TC CRC 168631-O/4+B1:267